

Formação e gestão inovadoras na era da transformação digital: abrangência, significados e relações.

Educação a distância: proposta integrativa para o avanço da capacitação profissional na Gestão Pública.

Dioni Patrícia Alves dos Santos¹; Senira Anie Ferraz Fernandez²

Resumo - A sociedade do conhecimento tornou a educação um bem de valor econômico, alvo de investimentos públicos e privados. Este trabalho utiliza o método qualitativo, por meio de pesquisas bibliográficas e documentais e aborda a educação corporativa como estratégia promotora de eficiência e competitividade às instituições. Dificuldades como custos, distância e tempo são fatores que afetam a difusão do conhecimento e a competitividade também na iniciativa pública. A Educação a Distância - EaD tem se mostrado instrumento eficaz na superação destas barreiras, cujos resultados têm promovido desenvolvimento individual e social. A pesquisa se justifica pela relevância da EaD na melhoria da gestão pública por meio da capacitação profissional.

Palavras-chave: Educação Profissional, Educação Corporativa, Educação a Distância, Escolas de Governo

Abstract - The knowledge society has made education an economic asset of public and private investment. This work uses the qualitative method, through bibliographical and documentary research and approaches corporate education as a strategy that promotes efficiency and competitiveness of institutions. Difficulties such as costs, distance and time are factors that affect the diffusion of knowledge and competitiveness also in public initiative. Distance Education - Distance Education has been an effective tool in overcoming these barriers, whose results have promoted individual and social development. The research is justified by the relevance of the EAD in the improvement of public management through professional training.

Key words: Professional Education, Corporate Education, Distance Education, Government Schools

¹Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS – dioni.santos@cpspos.gov.br

² Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS – digame@uol.com.br

1 – Introdução

O trabalho aborda a proposta da educação profissional, em especial da Educação a Distância - EaD, no novo modelo de sociedade globalizada, marcada pela ampliação do acesso, rápida obsolescência da informação e multiplicidade de demandas, tornando a qualificação profissional aspecto essencial ao sucesso das instituições.

Neste contexto, considerando a proficuidade das tecnologias de informação e comunicação – TICs, o incessante desenvolvimento de novas tecnologias e a escassez de mão de obra adequada às múltiplas demandas do mercado surge uma lacuna entre a mão de obra disponível e a mão de obra desejada.

Na incapacidade da educação formal em oferecer profissionais adequados ao novo mercado, visto que, não raro, a mera titulação não oferece as adequadas competências para a atuação, as instituições passam a encarregar-se do desenvolvimento do profissional de que necessitam por meio da Educação Corporativa.

Esta medida permite o desenvolvimento e a complementação, para os profissionais já aderidos aos quadros da instituição, bem como a adequada inserção de novos profissionais à sua estrutura, favorecendo a eficácia produtiva e a competitividade, minorando a discrepância entre a necessidade de mão de obra e a necessidade de emprego. Este sistema mostra-se vantajoso não só à empresa, mas favorece ao próprio trabalhador, ao mercado profissional e à própria sociedade, constituindo um círculo virtuoso.

Ao passo que a instituição privada se vê premida pelo mercado ao desenvolvimento e aprimoramento de seu pessoal em favor da competitividade, o Estado, em razão de suas finalidades precípuas, cujo cerne é a supremacia do interesse público, está obrigado por força constitucional à capacitação do servidor. Um quadro profissional apto a lidar com os desafios das realidades e atribuições cotidianas proporciona maior eficiência ao serviço público, justificando o investimento do erário nesta área.

Assim, a permeabilidade das TICs, proporcionando maior alcance, agilidade, rapidez e baixo custo, torna a proposta EaD um importante instrumento aos propósitos das instituições privadas bem como do Estado que apesar de suas peculiaridades na seleção de pessoal - decorrentes da subordinação à legalidade e aos princípios administrativos -, também tem se valido da educação corporativa no cumprimento ao princípio da eficiência, aplicando a educação profissional tanto na integração dos novos servidores aos seus quadros, quanto no aprimoramento do quadro já consolidado.

A educação corporativa oferecida pelos entes públicos ocorre por meio das Escolas de Governo. Trata-se de órgãos ligados à Administração Direta e Indireta, presentes em todo o território nacional e presentes nas três esferas de Poder, cuja missão é oferecer adequada capacitação aos servidores públicos. As Escolas de Governo, considerando o desafio de sua missão institucional, as diversidades regionais e orçamentárias e a grandeza territorial do Brasil, na busca por maior abrangência e penetração se consorciaram fazendo surgir a

Rede de Escolas de Governo, cujo mais recente fruto é a Escola Virtual de Governo – EV.G.

Os investimentos em educação corporativa têm apresentado resultados motivadores, incentivando a ampliação da rede de educação e propiciando investimentos em tecnologia, favorecendo a acessibilidade e a padronização dos procedimentos e na qualificação do serviço público. Sua eficácia tem sido acentuada pela adoção da metodologia EaD, que permite a superação das barreiras físicas e orçamentárias nas diferentes regiões nacionais, estendendo o alcance não só para o serviço público, mas ao próprio cidadão.

2 - Referencial Teórico

Na sociedade do conhecimento, em que é vertiginoso o avanço das tecnologias e da comunicação, nas principais economias mundiais o saber desponta como valor estratégico.

Segundo Belloni esta nova forma de sociedade tem por características: maior complexidade, mais tecnologia, compreensão das relações de espaço e tempo, trabalho mais responsabilizado, mais precário e com maior mobilidade, exigindo um trabalhador multicompetente, multiqualificado, capaz de gerir situações de grupo, de se adaptar a situações novas e sempre pronto a aprender (BELLONI, 2001, p. 61).

Esta realidade requer adaptação às novas realidades socioeconômicas “a humanidade tem sido desafiada a testemunhar duas transições importantes que afetam profundamente a sociedade: o advento da sociedade do conhecimento e a globalização” (BEHRENS, 2010, p.38), tornando a educação um instrumento de transformação e crescimento para empresas, governos e sociedades.

Estas mudanças promoveram o surgimento de uma nova demanda de mercado, focada em produtos e serviços com maior qualidade e valor agregado, impelindo a empresa a busca melhores estratégias competitivas. Moran argumenta que ensinar e aprender são desafios de todas as épocas, particularmente agora, sob a pressão da transição do modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento (MORAN, 2010, p.12).

Para Nascimento a educação como instrumento de gestão deve adotar como estratégia mais apropriada ao sucesso das corporações o fornecimento de serviços e produtos de ponta, vez que a busca por este propósito passa pela excelência profissional (UNESCO, 2005, pg.13). Neste contexto a necessidade por profissionais de alta produtividade, capazes de lidar com os desafios presentes, tornou-se vital para o alcance dos objetivos institucionais, tornando a educação profissional, indiscutivelmente, um instrumento estratégico.

A Educação Profissional e Tecnológica se ocupa de preparar para as demandas do mercado cada vez mais sujeito aos efeitos e anseios da sociedade tecnológica e cada vez mais globalizada, como aponta o Ministério da Educação e Cultura

A educação profissional tecnológica, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e à tecnologia, objetiva garantir aos cidadãos o direito à aquisição de competências profissionais que os tornem aptos para a inserção em setores profissionais nos quais haja utilização de tecnologias (Ministério da Educação, p. 1)

Assim, a educação profissional visa servir às estratégias de gestão de empresas e governos “numa sociedade de conhecimento marcada pela necessidade de aprendizagem ao longo de toda vida” (DELORS, 2003, pg. 92).

Entretanto, a influência de fatores socioeconômicos e ideológicos no desenvolvimento das políticas de educação profissional têm resultado em mão de obra inadequada aos novos parâmetros do setor produtivo, impactando o avanço da qualificação profissional, o aumento da renda e o crescimento nacional. A falta de profissionalização, como resultado da cultura da baixa expectativa profissional e escolarização/capacitação, promove a instabilidade do emprego, pondo sob perspectiva a identidade profissional. Para Le Boterf “refletir sobre o que deve caracterizar o profissional dos anos vindouros é não apenas considerar a necessidade de retorno do sujeito, mas também contribuir para ela.” (2003, p. 11).

O senso de profissionalismo surgiu na França em momento de forte crise de desemprego, o aumento da competitividade ganhou relevo unicamente pela convergência de interesses entre trabalhadores e empregadores frente a vantagem promovida pela competência profissional (Le BOTERF. 2003, p. 15). Nesse âmbito o Programa Nacional de Educação – PNE aponta que há falta de “sintonia” entre a educação profissional regular e o mundo do trabalho que requer um conjunto de competências subjetivas que ainda são pouco valorizadas nos cursos de formação profissional (BRASIL, 2013).

Esta conjuntura trouxe às instituições a necessidade de prover-se a si mesma do profissionalismo indisponível no mercado dando impulso à educação corporativa que, com foco no aumento e na melhoria da produtividade, promove o aprimoramento do indivíduo e da própria sociedade. Por tal característica Meister atribui à educação corporativa a expressão “guarda-chuva estratégico”:

(...) que desenvolve e educa a todos aqueles que estejam ligados, de modo direto ou indireto, aos produtos ou serviços oferecidos - seus funcionários, fornecedores, clientes e até a comunidade – de modo a “cumprir as estratégias da organização”. (1999, p. 35)

Portanto, pensar o desenvolvimento corporativo é também pensar o indivíduo como ente transformador de seu meio de inserção e, assim, “a competência-chave de uma empresa é o resultado da combinação das competências dos indivíduos, de seu profissionalismo e das competências coletivas das unidades e das equipes” (Le BOTERF. 2003, p. 13), justificando o investimento de esforços e recursos pelas instituições na educação corporativa.

Este quadro apontou para a necessidade de maior agilidade, eficácia e flexibilidade das propostas educativas fazendo surgir modelos que prescindiam do ambiente escolar ou acadêmico. Este aspecto foi destacado pelo Secretário de Educação Média e Tecnológica à Organização de Estados Iberoamericanos:

As mudanças profundas pelas quais vem passando o mundo, nesta segunda metade do século, produziram transformações na prática social e no trabalho. (...) Por isso verificamos em todo o planeta uma grande inquietação nos meios ligados ao setor educacional, provocando reformas que buscam sua adequação às novas exigências. (...) A estrutura educacional e o modelo de oferta têm que ser construídos de forma bastante flexível para atender a diferentes situações no tempo e no espaço, considerando tanto as rápidas mudanças tecnológicas e as necessidades da vida cidadã como as tendências regionais e do mercado internacional. (FILHO.1999, 1)

Neste contexto, novas propostas desenvolvimentistas e modelos educacionais aplicados com o uso de ferramentas de tecnologia e informação ofereceram, por meio da Educação a Distância (EaD), resposta às demandas do mercado por maior celeridade e economia no processo educativo. Porto defende que o uso de tecnologias na sociedade presente é uma constante capaz de produzir novas formas de pensar, agir e comunicar-se no cotidiano do homem moderno (PORTO, 2006, pg. 825).

Para Le Boterf a qualificação que se limita aos diplomas de formação não representa exatamente competência de atuação, mas apenas a detenção de certos recursos para a construção destas competências (Le BOTERF. 2003, p. 21). Por outro lado, a qualificação profissional com autonomia em relação aos bancos escolares oferece participação do *locus* do trabalho, permitindo a concreção do pensamento abstrato e, mais que a mera titulação, permite a construção do saber por meio do empirismo.

Assim, aponta Ruy Filho (1999, p.2), conhecimento é hoje o principal fator de produção, pois o aprender a aprender é competência essencial para a participação da dinâmica social, portanto há necessidade de ruptura dos paradigmas tradicionais à educação profissional. Variadas modalidades de práticas educativas, dentro e fora do ambiente escolar e empresarial, favorece a educação continuada, a construção de competências e competitividade, beneficiando, indiretamente, o desenvolvimento social.

Ante aos novos padrões produtivos e a rápida obsolescência da informação e da tecnologia permite a maior convergência entre trabalhadores e empregadores na conjugação de esforços e interesses, seja pela necessidade de demonstrar as suficientes habilidades num contexto de mobilidade profissional e empregabilidade, seja pela necessidade de alcançar maior competitividade no mercado (BOTERF. 2003, P. 15).

A perda de saberes decorrente da reposição de pessoal prejudica a competitividade das instituições o que atribui aos recursos humanos caráter estratégico e econômico. Para Drucker (1993, p.21) o conhecimento é, de fato, o único recurso significativo, pois os fatores de produção tradicionais tornaram-se secundários, que podem ser obtidos sem dificuldade a partir do conhecimento.

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços aponta a educação corporativa como uma prática coordenada na gestão de pessoas e do conhecimento, que trata de articular competências individuais e organizacionais de modo coerente ao contexto mais amplo da instituição, privilegiando o processo de inovação e o aumento de competitividade (BRASIL, 2018).

Assim como a iniciativa privada o Estado também é afetado pela necessidade de qualificação profissional no desenvolvimento de suas atividades. Em razão de sua contenção normativa, seus poderes e atribuições a busca por profissionais para a execução de suas atividades impõe ainda mais critérios, a começar pelo processo seletivo:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas

e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

A exigência por concurso público atende aos princípios administrativos, em especial aos da impessoalidade e isonomia. O procedimento submete o ingressante a avaliação de aptidões, como nos ensina Cretella Júnior:

(...) o concurso é para nós definido como a série complexa de procedimento que o Estado empreende para apurar as aptidões pessoais apresentadas por quem se empenha ingressar nos quadros do serviço público, submetendo o candidato seus trabalhos, títulos e atividades a julgamento de comissão examinadora. (1.994, p. 2.175)

Apesar da seleção concorrencial, as rotinas e procedimentos administrativos requerem capacitação e habilidades específicas que, em geral, escapam à formação técnica padrão, tornando necessário treinamento introdutório. Conforme Boterf (2003, p. 23) trata-se de preparar o iniciante para a suficiente autonomia na condução de suas atividades profissionais e gestão de situações complexas, habilitando-o a um certo domínio do ofício.

No âmbito estatal a educação corporativa promovida tanto aos ingressantes na carreira pública, quanto aos quadros já consolidados é oferecida por meio das Escolas de Governo e convênios ou parcerias firmadas com instituições de educação.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, entidade ligada ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, esclarece que Escolas de Governo são instituições públicas cuja finalidade é promover formação, aperfeiçoamento e profissionalização de agentes públicos, no intuito de fortalecer e ampliar a capacidade executiva do Estado na formulação, implantação, execução e a avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2016).

Trata-se de investimento público na melhoria da qualidade dos serviços públicos seja de modo direto, por meio de órgãos que integrem a administração direta e indireta, seja por meio de parcerias e convênios com instituições de educação formal. Essa proposta relaciona-se com a estratégia apontada por Nascimento que tendo por objetivo a excelência do resultado promove, em seu processo, também a excelência profissional.

No âmbito federal o Decreto nº 5.707/06 estabelece a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal que por meio do desenvolvimento permanente do servidor público, adequando suas competências aos objetivos das instituições, visa elevar a eficiência, eficácia e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. O principal órgão federal nesse sentido é a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Considerar o pacto federativo, a diversidade social e econômica do país e suas dimensões territoriais permite perceber a importância de se estabelecerem conexões entre as diversas unidades de educação corporativa estatais. Esta conexão foi alcançada por meio da Rede Nacional de Escolas de Governo, “uma articulação informal, de livre adesão, entre múltiplas e diferenciadas instituições governamentais brasileiras interessadas e engajadas na capacitação, formação e desenvolvimento de servidores e agentes públicos” (BRASIL, 2018). Sua atuação promove a troca de experiências, a difusão de informações e de conhecimento e estimula o trabalho em parceria.

A partir do ano de 2015, com a inclusão dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – IF's por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnologia – CONIF, houve uma ampliação do programa, estendendo a iniciativa para além das regiões metropolitanas e capitais de Estado favorecendo outras regiões interioranas do país. Na ocasião o programa apresentava 47 instituições espalhadas nacionalmente, das quais 37 eram IFs e as demais Escolas de Governo, propriamente ditas.

Em 2016, segundo a página eletrônica da ENAP, a distribuição das instituições participantes entre as esferas de poder era a seguinte: 96 de nível federal (37%), 104 de nível estadual (39%) e 62 de nível municipal (24%), sendo a maioria (mais de 70%) vinculada ao Poder Executivo, ocasião em que o Programa ENAP em Rede contava com 262 instituições (BRASIL.2016).

Dadas as dimensões desta estrutura as tecnologias de informação e comunicação - TICs tornaram-se fundamentais ao sucesso da proposta, permitindo a transposição de problemas como tempo, distância e custos, contribuindo para a difusão dos programas e para a unidade dos procedimentos por meio da Educação a Distância - EaD. O sucesso do modelo educativo se manifesta pelo fomento à metodologia, cuja mais recente demonstração é a criação, pela ENAP, da Escola Virtual de Governo - EV.G.

A EV.G, criada em dezembro de 2.017, resulta do crescimento na quantidade de cursos ofertados da ENAP por meio da educação a distância, o que propiciou investimentos em infraestrutura digital e o planejamento educacional. Seu objetivo é atender às demandas por serviços de hospedagem dos cursos oferecidos pelos participantes do Protocolo de Intenções, permitindo a unificação dos conteúdos e assegurando a melhoria da gestão acadêmica, fomentando a capacitação continuada no serviço público federal.

Segundo informação do site oficial, apesar de seu recente surgimento a EV.G dispõe de 135 cursos distribuídos em diferentes temáticas e já teve 1.183.987 matrículas realizadas, com 1.977 turmas formadas e 619.227 certificados entregues (BRASIL, 2018).

O projeto de unificação proposto pela Escola Virtual de Governo pretende centralizar a oferta de cursos, facilitando o acesso por meio de um catálogo unificado, eliminar as redundâncias entre os cursos e selecioná-los a partir de sua atualização e qualidade, conforme critérios das instituições ou pela demanda dos usuários. A concentração em base única também favorecerá as pesquisas nas áreas do comportamento, gestão de políticas públicas e gestão do conhecimento (TEIXEIRA, PONTES. 2017, p. 6).

O projeto tem em conta as dimensões territoriais e a permeabilidade do público alvo constituído não só de servidores federais, mas também, estaduais, municipais e cidadãos, nos termos da legislação vigente.

3 - Método

Trata-se de pesquisa do tipo qualitativo-descritiva a partir de levantamento bibliográficos e legislativos obtidos por intermédio de pesquisa a livros, artigos, periódicos internacionais, trabalhos científicos e sítios eletrônicos que serviram de embasamento à construção do pensamento.

Estabelecida a coletânea que serviu de referencial à produção a coordenação das ideias entre os principais aspectos descritos para este trabalho: educação profissional, educação corporativa, educação a distância e escolas de governo, os levantamentos foram ordenados de modo a favorecer o raciocínio indutivo.

4 - Resultados e Discussão

A análise dos elementos pesquisados demonstra que as alterações no perfil do mercado - marcado pelo amplo acesso à informação, rapidez do desenvolvimento tecnológico, relações globalizadas e avanço sistemático e ininterrupto das tecnologias de comunicação -, trouxeram às instituições a necessidade de maior competitividade, fazendo surgir a demanda por um novo perfil de profissional: um trabalhador multicompetente e multiqualificado.

Esta necessidade não pode ser suprida pela educação formal que, afetada pela influência de fatores socioeconômicos e ideológicos no desenvolvimento das políticas de educação, marcada pela cultura da baixa expectativa/qualificação profissional, tem mantido um hiato entre o mundo do trabalho e o perfil profissional habilitado para as novas exigências mercadológicas.

Diante dessa lacuna as instituições passaram a prover-se da mão de obra alinhada com seus objetivos de crescimento por meio da Educação Corporativa - retomando o conceito de profissionalismo apontado por Le Boterf e seguindo na linha estratégica indicada por Nascimento -, fazendo uso de metodologias capazes de promover maior alcance e rapidez na fruição dos resultados, como ocorre com a Educação a Distância - EaD.

Também o Estado foi confrontado pelas novas demandas da sociedade, decorrentes de maior acessibilidade e elevação das exigências sociais. O cumprimento de suas funções passa a exigir maior eficiência do serviço público e, por comando constitucional, observados os princípios e rigores impostos à administração pública, a atualização e a capacitação dos quadros do serviço público torna-se demanda incontinenti justificando o surgimento das Escolas de Governo.

No entanto, as dimensões territoriais e as discrepâncias regionais tornam-se limitações à educação corporativa no serviço público. Barreiras concretas como distâncias, acessibilidade, falta de recursos e de tempo traziam prejuízos às dinâmicas educacionais. Estas dificuldades foram enfrentadas pelas unidades com a adoção da metodologia EaD, permitindo a troca de experiências e a difusão de informações e resultando na melhoria e padronização da capacitação pública.

Os resultados alcançados motivaram o aumento dos investimentos nas infraestruturas digitais, demonstrando o sucesso da proposta e favorecendo a ampliação da rede de escolas públicas pela adoção da EaD como método de a transposição das barreiras concretas à oferta de capacitação profissional em todo o território nacional.

5 - Considerações Finais

A pesquisa demonstra que a educação corporativa tem se mostrado frutífera na promoção de eficiência competitiva no mercado privado e permitido o avanço da capacitação profissional na busca pela qualidade dos serviços públicos.

A iniciativa de valorização da educação a distancia para oferta de desenvolvimento e capacitação conforme o Decreto nº 5.707/06 alinha-se à visão de futuro do serviço público, com o investimento racional em tecnologias capazes de oferecer maior abrangência e celeridade no processo de capacitação profissional. Os investimentos em educação corporativa têm apresentado resultados motivadores, incentivando a ampliação da rede de educação e propiciando investimentos em tecnologia, favorecendo a acessibilidade e a padronização dos procedimentos e na qualificação do serviço público.

Sua eficácia tem sido acentuada pela adoção da metodologia EaD, que permite a superação das barreiras físicas e orçamentárias nas diferentes regiões nacionais, estendendo o alcance não só para o serviço público, mas ao próprio cidadão.

Iniciativas como a Escola de Governo Digital demonstram que a proposta é fecunda e conta com adesão de outras escolas interessadas na unificação dos dados, cursos e controles acadêmicos como forma de fortalecimento dos programas educativos. A proposta conta com orçamento favorável e dispõe de tecnologia para o fim proposto, indicando a viabilidade do projeto.

Exatamente pela novidade da proposta entendemos que seja digna de estudos e acompanhamento em seu desenvolvimento na forma de novas pesquisas para avaliação de seu progresso na gestão da educação profissional.

6 – Referências

BRASIL. A Educação Profissional e Tecnológica Ministério da Educação e Cultura. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/tema1.pdf>>. Acesso em 04ago2018.

_____. Decreto nº 5.707 de 23 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5707.htm>. Acesso em 25.jul.2018.

_____. Documento de Orientações Básicas para o Programa ENAP em Rede. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/documentos/a%C3%A7%C3%B5es_e_programas/Orienta%C3%A7%C3%B5es_b%C3%A1sicas_Enap_em_Rede.pdf>. Acesso em 05set2018.

_____. Educação Corporativa. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Legislação. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/legislacao/9-assuntos/categ-comercio-exterior/602-educacao-corporativa>>. Acesso em 05set2018.

_____. Educação Profissional. Observatório do PNE. Governo Federal. 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/11-educacao-profissional>>. Acesso em 05set2018.

_____. Emenda Constitucional nº 19, de 1998: Exposição de Motivos. Legislação Informatizada. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1998/emendaconstitucional-19-4-junho-1998-372816-exposicaoodemotivos-148914-pl.html>>. Acesso em 02.ago.2018.

_____. Escolas de Governo. Portal do Servidor - Governo Federal. Disponível em: <<https://www.servidor.gov.br/assuntos/escolas-de-governo>>. Acesso em 03.ago.2018.

_____. Escola Virtual de Governo oferece catálogo de cursos de capacitação. Disponível em: < <http://www.mbc.org.br/portal/escola-virtual-de-governo-oferece-catalogo-de-cursos-de-capacitacao/>>. Acesso em 06set2018.

BELLONI, M. L. Educação a Distância. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

BOTERF, G. L. Desenvolvendo a Competência dos Profissionais. 3ª ed. rev/amp. Trad. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CRETELLA JÚNIOR, José. Comentários à Constituição de 1988, v. 4, 2ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 1994.

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez. Brasília - MEC/UNESCO, 2003. p. 89-102.

DRUCKER, P. Sociedade pós-capitalista. São Paulo: Pioneira, 1993.

EBOLI, M. Educação corporativa no Brasil: mitos e verdades. São Paulo: Gente, 2004.

FILHO, R. L. B. Educação Profissional no Brasil: Novos Rumos. Revista Iberoamericana de Educación. Núm. 20. aio - Ago.1999. Organização de Estados Iberoamericanos – OEI.

INEP. Escolas de Governo. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/escolas-de-governo>>. Acesso em 06se2018.

LE BOTERF, G. Desenvolvendo a competência dos profissionais. PA: Bookman. Artmed – 2003. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1811207/mod_resource/content/1/Aula%20-%20Desenvolvendo%20Compet%C3%Aancia%20-%20Cap.%201%2C%20e%20-%20LE%20BOTERF%2C%202003.pdf. Acesso em 28.jul.2018.

MEISTER, J. C. Educação Corporativa: a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas. São Paulo: Pearson Makron Books, 1999.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. e BEHRENS, M. (Org.). Novas Tecnologias e mediação pedagógica. São Paulo: Editora Papirus, 2010, p.11-66.

Nascimento, O. R. Gestão da Educação Profissional: Orientações para a Elaboração de Planejamento Estratégico. Parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil e a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. 2005. Disponível em < <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002162/216232por.pdf> >. Acesso em 06set2017.

PORTO, T. M. E. As tecnologias de comunicação e informação na escola: relações possíveis... relações construídas. Revista Latino-Americana de História Vol. 2, nº. 6. Ago.2013. Edição Especial.

TEIXEIRA, N.T.M, PONTES, B. P. Escola Virtual do Governo Federal: proposta de solução para a capacitação continuada a distância no serviço público federal. XXII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Madrid, España, 14 - 17 nov. 2017. Disponível em < http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3080/1/Teixeira_Pontes_XXIICLAD.pdf >. Acesso em 05.ago.2018.